

Assimilação Legislativa do Estado de Rondônia.

1º Secretário

PROTOCOLO

Estado de Rondônia
Assimilação Legislativa

15 FEV 2023

Protocolo: 01/23

PROJETO DE LEI
COMPLEMENTAR

Nº 01/23

AUTOR: MESA DIRETORA

Altera o artigo 20 e acrescenta o § 4º ao artigo 19, todos da Lei Complementar nº 1.056, de 26 de fevereiro de 2020, que “Estabelece a Estrutura Organizacional Político-Administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.”

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Art. 1º Fica alterado o artigo 20 da Lei Complementar nº 1.056, de 26 de fevereiro de 2020, com a seguinte redação:

“Art. 20. Em razão da natureza do mandato parlamentar, é devida aos Deputados Estaduais cota mensal equivalente a 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) do valor da despesa bruta total com pessoal do Poder Legislativo do Estado, no exercício financeiro anterior ao mês de competência do recebimento, com efeitos retroativos a contar de 1º de janeiro de 2023, destinada a suprir as despesas decorrentes das nomeações de servidores investidos para exercício dos cargos de provimento em comissão decorrentes do § 2º do artigo 12-A desta Lei Complementar, cuja regulamentação, no que couber, dar-se-á por meio de Resolução.” (NR)


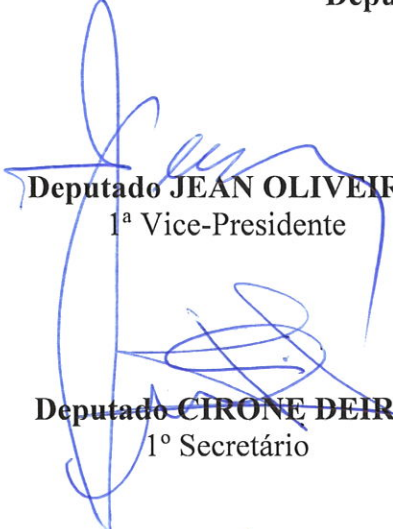
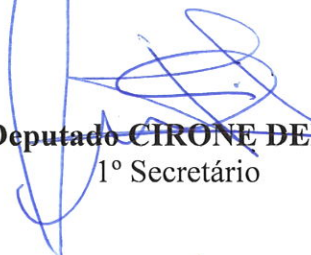
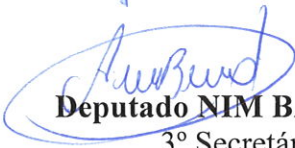
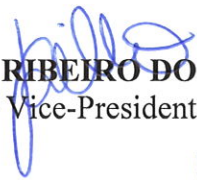

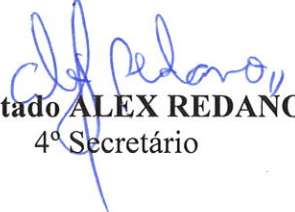
Art. 2º Fica acrescentado o § 4º ao artigo 19 da Lei Complementar nº 1.056, de 26 de fevereiro de 2020, com a seguinte redação:

“Art. 19.

§ 4º Em nenhuma hipótese o servidor da Assembleia Legislativa poderá receber remuneração inferior ao salário mínimo vigente no país, ficando a Superintendência de Recursos Humanos autorizada a fazer a complementação salarial a fim de atender ao inciso IV do artigo 7º c/c § 3º do artigo 39, ambos da Constituição Federal.” (NR)



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR	Nº
	AUTOR: MESA DIRETORA		
<p>Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Plenário das Deliberações, 9 de fevereiro de 2023.</p> <div><div><p>Deputado MARCELO CRUZ Presidente</p></div><div><p>Deputado JEAN OLIVEIRA 1ª Vice-Presidente</p></div><div><p>Deputado CIRONE DEIRÓ 1º Secretário</p></div><div><p>Deputado NIM BARROSO 3º Secretário</p></div><div><p>Deputado RIBEIRO DO SINPOL 2ª Vice-Presidente</p></div><div><p>Deputado JEAN MENDONÇA 2º Secretário</p></div><div><p>Deputado ALEX REDANO 4º Secretário</p></div></div>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR	Nº
AUTOR: MESA DIRETORA			
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Nobres Parlamentares,</p> <p>O presente Projeto de Lei complementar tem o objetivo de alterar o artigo 20 e acrescentar o § 4º ao artigo 19, todos da Lei Complementar nº 1.056, de 26 de fevereiro de 2020, que “Estabelece a Estrutura Organizacional Político-Administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.”</p> <p>A alteração do artigo 20 tem a finalidade de estabelecer a cota mensal dos Deputados Estaduais no percentual equivalente a 0,05% do valor da despesa bruta total com pessoal do Poder Legislativo do Estado, no exercício financeiro anterior ao mês de competência do recebimento, destinada a suprir as despesas decorrentes das nomeações de servidores investidos para exercício dos cargos de provimento em comissão decorrentes do § 2º do artigo 12-A desta Lei Complementar, cuja regulamentação, no que couber, dar-se-á por meio de Resolução.</p> <p>Já o acréscimo do § 4º ao artigo 19 da Lei Complementar nº 1.056 visa obedecer ao comando constitucional que assegura ao servidor público a percepção de remuneração nunca inferior ao salário mínimo vigente, observe:</p> <p style="padding-left: 40px;">Constituição Federal Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; (...) Art. 39. (....) § 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.</p> <p>Dessa forma, a proposição não só protege os servidores da Assembleia Legislativa da percepção da remuneração inferior ao salário-mínimo vigente no país, como também autoriza a</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR	Nº
AUTOR: MESA DIRETORA			
<p>Superintendência de Recursos Humanos a fazer a complementação salarial a fim de atender o comando constitucional.</p> <p>Assim, considerando a relevância da matéria, conto com o apoio Excelentíssimos(as) Deputados(as) para a apreciação e aprovação deste Projeto de Lei Complementar.</p>			